



Ilustração: Marcelo Oliveira

João Antonio de Paula\*

## MARXISMO: APOSTA E CRÍTICA

### Carta a Jacob Gorender

\*Professor do Cedeplar/  
FACE/UFMG.

Quando resolvi escrever este texto, ocorreu-me lembrar de uma velha polêmica, *A Questão Coimbrã*, protagonizada por Antero de Quental, em 1865. Ali, o ânimo combativo de Antero e sua indignação com o que ele entendia ser a asfixia criativa representada pelo classicismo castrador do escritor Antonio Feliciano de Castilho resultaram numa carta que terminava com as seguintes palavras: “Nem admirador nem respeitador”. Ocorreu-me lembrar esta passagem por ser absolutamente oposta ao que me move ao considerar o livro de Jacob Gorender *Marxismo sem Utopia*. É com admiração e respeito que me dirijo a este homem digno, a este intelectual pleno, que é Jacob Gorender. Sua obra e seu exemplo são para mim e para muitos referências decisivas nestes tempos tão amesquinçados.

Esta pseudocarta a Jacob Gorender, que tornarei pública, é sobretudo o reconhecimento do valor de sua obra, de sua importância para a requalificação do marxismo como instrumento essencial do projeto emancipatório que partilhamos. *Marxismo sem Utopia* inscreve-se em posição de destaque num conjunto de esforços que buscam recolocar o marxismo no caminho do que Sartre chamou de “filosofia insuperável do nosso tempo”, caminho de que ele se afastou, às vezes tragicamente, em alguns momentos neste século.

O que se vai ler aqui é a busca de um diálogo com uma voz verdadeiramente consistente e informada, que não se

contenta com supostas consagrações, e ousa e questiona. Para quem acompanha a obra de Gorender, não é surpresa o tom e a contundência de seu discurso. Na verdade, pode-se dizer que sua obra é imantada por uma energia polêmica - da crítica ao livro *A Redução Sociológica*, de Guerreiro Ramos, em 1958, a *A Escravidão Reabilitada*, de 1990; de *Combate nas Trevas*, de 1987, a este *Marxismo sem Utopia*, de 1999. Militante, dirigente político, intelectual, pesquisador, Jacob Gorender dignifica tanto a trajetória da esquerda brasileira quanto nossa vida intelectual. Esta carta é registro de admiração e respeito.

### 1. Uma vida militante

Jacob Gorender viveu intensamente as grandes questões desse século de paroxismos, de extremos, como o disse Hobsbawm: foi combatente da FEB na Segunda Guerra; foi militante comunista, dirigente do PCB, um de seus principais intelectuais; em 1967 rompe com o PCB e cria, junto com Mário Alves e Apolônio de Carvalho, o PCBR, travando assim a duríssima luta dos grupos armados contra a ditadura militar. Preso, sofreu o horror da violência da ditadura. Desde muito, buscava entender o Brasil. Em 1978, surpreendeu o mundo acadêmico brasileiro com um trabalho exemplar, fruto de ampla pesquisa e reflexão: *O Escravismo Colonial*; editou a importante coleção *Os Economistas*, para a Editora Abril. Nessa coleção, publicou o excelente estudo introdutório de *O Capital*, de Marx. Historiador de nossa vida econômica, de nosso passado colonial, autodidata, Jacob Gorender afirmou seu nome entre os mais importantes historiadores do Brasil. Ao mesmo tempo, manteve-se atento e informado sobre as grandes questões do Brasil e do mundo. Prova disso é o livro que publicou em 1992, *Marcino e Liberatore*, balanço da melancólica e trágica experiência soviética, resultado tanto de estudos sobre o tema quanto de viagem de pesquisa, de observação *in loco* da realidade, de então, 1991, em processo de implosão.

Jacob Gorender é, em mais de um sentido, um representante exemplar do melhor do marxismo, de uma postura ético-intelectual que não se recusa a reconhecer erros, em refazer caminhos, em criticar e autocriticar-se. É este o sentido de *Combate nas Trevas*, ajuste de contas com seu passado de militante comunista, crítica implacável à degeneração burocrática, aos equívocos teóricos e políticos de um partido stalinizado.

*Marxismo sem Utopia* tem, também, esse sentido de crítica/auto-crítica. Aqui é toda uma longa tradição remontando a Marx, que é objeto de um amplo escrutínio crítico. Há certo parentesco entre o livro de Gorender e os trabalhos que Robert Kurz realiza e estimula. Também aí há ânimo e fôlego polêmicos. Nos dois casos é toda uma trajetória, 150 anos de movimento político-sindical, que é questionada: em Kurz, investe-se contra a linha tornada majoritária do desenvolvimento do marxismo, que teria optado pela perspectiva da luta de classes, em detrimento da crítica da forma-mercadoria, e, neste sentido, teria colocado o movimento operário a reboque de uma teoria da modernização capitalista. Em Gorender, a crítica pretende incidir sobre aspecto igualmente central da tradição marxista; para ele, o equívoco central da trajetória marxista, raiz de uma série de problemáticos desdobramentos, foi a incompletude da ruptura de Marx e Engels com a tradição utópica. Ao não irem até o fundo dessa ruptura, Marx e Engels teriam autorizado uma interpretação utópica da realidade, cuja mais importante consequência política, para Gorender, foi mitificar a classe operária como classe revolucionária, quando esta seria, ontologicamente, reformista, apesar de, por vezes, combativa.

Os paralelos entre Gorender e Kurz não devem ser tomados como significando identidade de perspectivas: se nos dois há um explícito programa, que implica sretomar em "novas" bases a teoria marxista, Gorender critica Kurz por também este não ter superado a

perspectiva utópica, diz ele: “Assinale-se que, à sua maneira, Kurz percebeu o fato essencial de que o movimento operário é parte integrante do mundo burguês da mercadoria e que constitui terrível engano dos marxistas atribuir-lhe uma essência anticapitalista. Se acertou ao desvelar essa ilusão, veremos adiante que o próprio Kurz se confunde em uma ilusão sucedânea, quando faz sua proposta de superação do universo capitalista das mercadorias”. (GORENDER, 1999, p. 38)

Em que pesem as divergências, com relação a certas teses de Gorender, não tenho qual-quer dúvida sobre a sua inestimável contribuição para a retomada do marxismo e do socialismo.

## 2. Questões tópicas

Um livro que aborda tantos e tão complexos temas como *Marxismo sem Utopia*, que não se recusa a tomar posição, que, com coragem, enfrenta e questiona teses consagradas pela autoridade dos clássicos, que até mesmo recupera idéias-tabu, é, certamente, um livro que suscita polêmicas, que incita discussões, respostas, que desafia e estimula.

Apresentarei minhas observações críticas sobre o livro de Gorender divididas em dois blocos: no primeiro, que chamei questões tópicas, discuto quatro argumentos de Gorender dos quais tenho discordâncias; no segundo bloco, haverá a discussão de duas questões de maior amplitude, questões de fundo da argumentação de Gorender.

Nem as questões tópicas, nem as de fundo, que serão discutidas, esgotam as diferenças que tenho com relação ao texto de Gorender. Do mesmo modo, são inúmeras as afinidades que tenho com teses do livro. A seguir, apresentarei apenas minhas discordâncias para com o texto, por acreditar que esta é a melhor maneira de estar à altura da grande contribuição trazida por *Marxismo sem Utopia*.

Inicie-se a listagem dessas questões tópicas com o que está na página 21, referente aos esquemas de reprodução do livro II de *O Capital*. Diz Gorender: “Os esquemas pretendem provar, precisamente, que a reprodução do modo de produção capitalista só depende dele próprio, significando, portanto, que, ao menos, é uma reprodução endógena perfeitamente possível dentro de determinadas condições da relação entre capital e trabalho”. (p. 21)

Esta é, como se sabe, questão controversa. Os esquemas de reprodução suscitaram várias e divergentes interpretações. Houve quem visse nos esquemas a versão marxiana da teoria do equilíbrio geral. Outros, como Rosa Luxemburg, Henrik Grossmann, buscaram extrair dos esquemas mais do que eles poderiam dar: estes autores viram nos esquemas as bases analíticas de uma teoria das crises, ignorando assim o lugar e o alcance teórico dos esquemas, que, por seu nível de abstração, não se prestam a fundamentar uma teoria das crises, que é, por definição, resultado da dinâmica concorrencial, isto é, de um plano analítico em que as abstrações do “*capital em geral*” devem ser superadas pela emergência do concreto dos “*vários capitais*”. As vicissitudes da trajetória dos esquemas de reprodução estão exemplarmente discutidas no Apêndice II do Capítulo 2 e no Capítulo 30 do magnífico livro de Rosdolsky, *Gênese e Estrutura de O Capital de Marx*, que, curiosamente, Gorender não usa para esta discussão.

Em síntese minha discordância com relação à interpretação de Gorender dos esquemas de reprodução consiste em, que, ao contrário do que ele diz, os esquemas não pretendem provar que a reprodução depende do próprio de produção capitalista, que é uma reprodução endógena possível dentro de determinadas condições da relação entre capital e trabalho. Os esquemas e as condições *restritíssimas, únicas*, de equilíbrio para a reprodução simples e ampliada, sintetizadas nas equações  $CII = V_1 + M_1$  para o caso da

reprodução simples, e  $CII + C'_{II} = VI + RI + V'_{II}$ , para a reprodução ampliada, denotam, na verdade, que só numa economia planificada essas condições ocorreriam, ou se, por acaso, essas condições se verificassem numa economia capitalista, isto seria de tal modo fugaz que não alteraria o curso geral da dinâmica da reprodução, que é marcado, sistematicamente, pelo *desequilíbrio*, pela ocorrência de desperdício e escassez etc. Assim os esquemas de reprodução teriam como função heurística básica explicitarem a virtual impossibilidade de equilíbrio na dinâmica da reprodução capitalista. Trata-se, neste sentido, de entender que, se a reprodução endógena é possível e normal no sistema capitalista, esta reprodução é *necessariamente desequilibrada*, abrindo caminho para a compreensão do caráter *disruptivo* da dinâmica da valorização do capital.

Uma segunda questão tópica que quero considerar é a defesa-recuperação que Gorender faz do conceito de ultra-imperialismo de Kautsky. Desde logo, diga-se que não é o pre-conceito que me move neste caso. De resto, é admirável a coragem de Gorender em retomar esta idéia aparentemente condenada pela história, e carregada de opróbrio no campo da esquerda. A minha increpação deriva da inanidade do próprio conceito de ultra-imperialismo. O que, afinal, diria este conceito? Basicamente ele remete à situação em que ou por acordo-consenso, ou por imposição de força incontestável, haveria a cessação de guerras, uma situação de acordo interimperialista. Diz Gorender: "... Singh Surgeet reconhece que as rivalidades interimperialistas que conduziram à duas guerras mundiais: são hoje uma possibilidade remota. Reconhece também que os países imperialistas entraram em acordo, o que, nas condições de ausência de um poder socialista, lhes dá maiores oportunidades de explorar o Terceiro Mundo. Que é isto, afinal, senão ultra-imperialismo?" (p. 109)

Uma primeira questão aqui é perguntar-se sobre o estatuto do próprio conceito de ultra-imperialismo. E aí o que me parece claro é que ele tem frágil sustentação teórica e pequeno poder descritivo. Do ponto de vista teórico trata-se de questionar a identidade ultra-imperialismo – ausência de guerra mundial – acordo interimperialista. Os cem anos de paz, analisados por Karl Polanyi em *A Grande Transformação*, de 1815 a 1914, anos da *Pax Britânica*, terminaram com o grande morticínio da primeira guerra. Nesses cem anos, o poder incontestável da Inglaterra e a insularidade dos Estados Unidos resultaram num tal quadro que não tem por que não ser chamado de ultra-imperialista. Contudo, qual o ganho de conhecimento que há em se chamar estes cem anos – 1815/1914 – de época ultra-imperialista, e também designar a etapa aberta pelo fim da União Soviética da ultra-imperialista, quando se sabe de todas as enormes diferenças entre os dois momentos, e, sobretudo, quando se considera que, nos dois casos, a ausência de guerras mundiais não resultou de acordo interimperialista, tanto porque ocorreram diversas guerras localizadas, quanto porque foram fortes as disputas e rivalidades econômico-político-culturais?

De resto, parece-me essencial considerar os desdobramentos econômico-político-estratégicos resultantes da atual formação dos blocos transnacionais e da mundialização do capital financeiro. Também decisiva é a emergência da China como economia internacionalizada. De tal modo são *complexos* e *novos* os processos do mundo contemporâneo que apostar em estabilidades, subestimar os conflitos e contradições interimperialistas, é reduzir a ampla e espessa trama das relações internacionais a uma única variável – a guerra. A ausência provável de uma guerra mundial neste momento e num futuro previsível não qualifica a tese do ultra-imperialismo do acordo, de um capitalismo organizado.

Nessa situação não há por que falar-se em acordo, menos ainda acreditar-se em acomodação. O que parece mais claro é que a chamada globalização, representa, sobretudo, a *reiteração de uma clássica situação imperialista*, em que, por um conjunto

de circunstâncias históricas, uma potência impõe às outras a sua hegemonia imperial, abrindo etapa de novas clivagens, tensões, conflitos, disputas.

Finalmente, registre-se, que ao lado das tensões interimperialistas, o mundo contemporâneo tem sido marcado também pela reemergência de regressões como a escalada dos conflitos étnico-religiosos, do anti-semitismo, do racismo e do fascismo; não menos importantes são as conseqüências do generalizado aumento do desemprego estrutural e da expansão da exclusão social, que também estão em curso. De tal modo que todo cenário que se busque traçar quanto ao futuro do capitalismo globalizado terá de incorporar como aspectos centrais a instabilidade, a insegurança, a tensão, tudo isto muito longe de um quadro de estabilidade ultra-imperialista.

Uma terceira questão que quero discutir é a referente ao controverso, esquivo mesmo, conceito de trabalho produtivo. Tema importante na tradição da economia política, para os fisiocratas, para Smith, também o era para Marx, que o discutiu amplamente tanto em *O Capital* quando nas *Teorias sobre a Mais Valia*. Apesar disso, continuou o tema desafiando intérpretes e suscitando polêmicas. Veja-se o trecho de Gorender: “Todavia existem serviços que não dão lugar à criação de valor novo, como é o caso da intermediação financeira e de atividades sociais diversas, a exemplo da educação e da assistência médica. Tais serviços, no entanto, na medida em que são explorados por capitalistas, permitem a apropriação de valor, sob a forma de lucro e de salário. Uma parte da mais-valia criada em atividades efetivamente produtivas se transfere a tais serviços, por natureza improdutivos, e ali assume aquelas formas, que remuneram os capitalistas, por um lado, e os empregados, por outro lado”. (p. 152)

O tema é complexo e para deslindá-lo talvez seja necessário reconstituir o conjunto do argumento de Marx sobre *trabalho produtivo*. Numa primeira aproximação, lembre-se que trabalho produtivo, no sistema capitalista, é aquele que produz *mercadorias* segundo *relações capitalistas de produção*, isto é, que se troca por capital, por capital variável. Há neste enunciado, então, uma questão preliminar, que é estabelecer o conceito de *mercadoria*. Logo no segundo parágrafo do primeiro capítulo de *O Capital* Marx, diz: “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia”. Esta definição, por sua clareza e amplitude, deveria ter prevenido interpretações equívocas, que tenderam a reduzir as mercadorias ao conjunto de objetos materiais tangíveis, que *têm existência no tempo e no espaço*, capazes de ser conservados, acumulados materialmente. Ora, a definição de Marx abre-se, explicitamente, para incluir no mundo das mercadorias coisas que, satisfazendo a fantasia, o espírito ou o corpo – uma audição musical, um espetáculo teatral, uma aula, uma consulta médica – *só têm existência no tempo*, deixando apenas impressão, memória, emoção sobre aqueles que delas usufruíram. Nesse sentido, não há qualquer diferença substantiva entre mercadorias (tangíveis) e serviços (intangíveis) quanto à natureza do trabalho que os geram. Tanto o trabalho produtor de mercadorias quanto o trabalho produtor de serviços serão produtivos na medida em que se trocarem por capital, isto é, forem usados segundo relações capitalistas de produção com a finalidade de produzir mais-valia, de apropriação de lucros. Sobre isso veja-se a afirmação de Isaak Rubin: “el trabajo es considerado productivo o improductivo no desde el punto de vista de su *contenido*, o sea, en términos del carácter de la actividad laboral concreta, sino desde el punto de vista de la *forma social de su organización*, de su compatibilidad con las relaciones de producción que caracterizan al orden económico dado de la sociedad”. (RUBIN, 1974, p. 318)

Na seqüência, a discussão de Marx introduz ainda maior complexidade. Ao distinguir a existência de *funções formais* e *funções materiais* na produção capitalista, Marx exige

que se estabeleça um inventário da cadeia das funções produtivas, distinguindo os *elos produtivos* que se encadeiam aos *elos improditivos* num todo complexo e interagente. Assim, por exemplo, um ramo de atividades econômicas, a circulação, teria tanto funções produtivas, quanto improditivas, funções formais e funções materiais. A regra básica estabelecida por Marx é que toda função econômica que se limitar a transferir a propriedade da mercadoria, a atividade típica do vendedor, do bilheteiro, não será produtiva. Por outro lado, haveria uma série de atividades na esfera da circulação – o trans-porte, a armazenagem, a contabilidade – que seriam produtivas.

Colocado assim, o tema abre-se para intermináveis controvérsias decorrentes das diferenças que podem surgir na classificação do que é função formal e função material, sobretudo numa época de extremada expansão e diversificação do chamado setor terciário.

Nesse passo, parece-me necessário considerar duas questões: uma primeira, que será discutida no último item desta carta, quanto à centralidade do conceito de *trabalhador coletivo* como a categoria efetivamente legítima e relevante para discutir a questão do trabalho produtivo; uma segunda questão remete ao fato mesmo, freqüentemente esquecido, do caráter contraditório-anárquico da dinâmica capitalista. No que interessa discutir aqui, trata-se de afirmar que a pletórica expansão dos serviços, da intermediação financeira, da publicidade etc, não são nem inteiramente, nem permanentemente, processos unívocos e pró-valorização do capital; que há no capitalismo contemporâneo dimensão permanente de desperdício, de vazamento sistêmico de recursos, conflitos de interesses entre frações do capital, que na busca do lucro, do superlucro, acabam por esterilizar recursos, que teriam usos alternativos pró-valorização do capital global. Dito de outro modo: as diferentes estratégias de venda, os esforços de marketing, as modalidades da competição intercapitalistas são as mediações concretas, que, junto com outros fatores, determinam, de fato, a capacidade de cada capital se apropriar da mais-valia global sob a forma de lucro. O que se está dizendo aqui é que a expansão do trabalho improditivo é, ela própria, parte do mecanismo concorrencial.

A quarta questão tópica que discutirei refere-se à crítica de Gorender a Marx, considerado por ele um produtivista. Diz Gorender: “tampouco se justifica a concepção de um *produtivismo* infinito, como indubitavelmente é o de Marx”. (p. 238) Estou convencido de que não é indubitável que Marx seja um empedernido *produtivista*, do mesmo que não creio que se lhe possa pôr etiqueta determinista, *sans phrase*.

Estou longe de, com isso, negar aspectos produtivistas/deterministas na obra de Marx. Contudo, creio que a melhor maneira de considerar estas questões, de grande atualidade, do ponto de vista da teoria marxista, é reconhecendo a existência de uma ambigüidade básica, que percorre o conjunto da obra, no que se refere a estes temas. Em outro texto considere o relativo ao determinismo; aqui discutirei a questão do produtivismo em Marx.

É comum atribuir-se a Marx, como faz Gorender, com certa razão, perspectiva *produtivista*, uma tal crença no desenvolvimento científico e tecnológico, que significa autorizar uma total desconsideração sobre eventuais limites do processo de apropriação da natureza. Trata-se de postura decorrente de adesão aos paradigmas da física clássica – determinista e harmônico –, que, grosso modo, era o corrente até o início do século XX. Revisão desta posição só virá com a descoberta das implicações da segunda lei da termodinâmica. A idéia de *entropia*, a física probabilística de Boltzmann, a física quântica de Max Planck, o reconhecimento das idéias de indeterminação, de incerteza, de acaso, são capítulos de uma nova física em construção; uma física que tem como pressuposto as limitações do paradigma determinista da física clássica. Neste sentido, como homem do século XIX, como homem do seu tempo, seria impossível a Marx escapar inteiramente

da forte imantação da ciência de então. Contudo, em mais de um sentido importante, Marx adotou uma perspectiva em parte convergente com os princípios da ciência contemporânea. Não se trata de afirmar coerência, antecipação consciente, ou avanço em relação ao dominante em sua época, porque isso não ocorreu. Na verdade, Marx, simplesmente, não poderia ser um determinista *tout court*, exatamente porque suas descobertas no campo da crítica da economia política, a idéia de que o processo de acumulação é, centralmente, contraditório e disruptivo; porque suas descobertas no campo da política, a centralidade da luta de classes, e seu caráter de nenhum modo preestabelecido, enfim, sua concepção de história como projeto aberto, sujeito ao acaso, às surpresas, tudo isto funcionou no conjunto de sua obra como antídotos de teses em que é explícita a adesão ao determinismo. Assim, deve-se falar, com relação a Marx, em postura ambígua no referente ao determinismo.

Num texto de 1997, John Bellamy Foster mostra que uma reconstituição do pensamento de Marx sobre o meio ambiente revelará uma surpreendente atualidade, muito longe da difundida imagem de um Marx produtivista emperdenido. Diz Foster: “Muito longe de serem meros adoradores do produtivismo, Marx e Engels despontaram como dois de seus principais críticos” (...) “as alusões de Marx à sustentabilidade indicam que ele estava agudamente consciente das devastações ecológicas perpetradas pelo sistema” (...) “A indústria e a agricultura em grande escala sob o capitalismo produzem resultados idênticos: ambos contribuem para arruinar o trabalhador agrícola e para a exaustão do “poder natural do solo,” (...) “Marx e Engels, porém, não limitaram as discussões de limites ecológicos à questão do solo. Estudaram também numerosas outras questões de sustentabilidade em relação a florestas, rios e correntes, remoção de lixo, qualidade do ar, toxinas ambientais etc.” (FOSTER, 1999, pp. 165, 167, 168)

Registrar o que se disse aqui não significa reivindicar para Marx, o que seria risível, o título de “pai da ecologia”, senão que questionar a pretensa verdade da equação Marx = produtivista, e, nesse sentido, reafirmar o marxismo como instrumento analítico com pertinência para compreensão do mundo contemporâneo.

### 3. Questões de fundo

Nesta parte, pretendo discutir as questões que me parecem fundamentais no livro de Gorender e com as quais tenho diferenças. São elas o conceito de classe social, em particular o conceito de classe operária, e a concepção de ciência, que Gorender atribui a Marx. Diga-se, desde logo, que estas idéias estão entrelaçadas, isto é, que é a concepção de ciência que Gorender atribui a Marx informa sua crítica ao conceito de classe social. Dito de forma rigorosa: Marx teria se equivocado na caracterização da classe operária como classe revolucionária exatamente porque não foi inteiramente científico.

Se não a mais importante, é, com certeza, a mais realçada das teses do livro de Gorender a afirmação do caráter ontologicamente reformista da classe operária. A busca da demons-tração deste argumento percorre todo o livro. Contudo, não se trata de argumento motivado por ânimo cético, que, simplesmente, desqualificaria 150 anos de história, isto é, de lutas, de erros, de remorsos, de esperanças, de vitórias importantes, o sacrifício de milhões de pessoas, de gerações.

Há que considerar, em favor de Gorender, que o Governo Lula, que está ocorrendo depois da publicação do seu livro, que é de 1999, reforça sua tese. De fato, Lula e seu governo parecem confirmar a tese de Gorender sobre uma estrutural, ontológica disposição, se não do conjunto da classe operária, ao menos de certos segmentos sindicalistas de aderirem à ordem burguesa, de se subsumirem acomodaticamente ao



mundo do capital. Não há novidade nisto, desde Bernstein isto se tem posto, como tam-bém tem sido posta a denúncia desses abandonos, dessas traições de classe.

Para Gorender, questionar a idéia de uma classe operária-sujeito-histórico-emancipatório não significa negar o seu papel como agente civilizador do capital, suas inegáveis conquistas no campo dos direitos sociais, trabalhistas, previdenciários. Afirmar que a classe operária é, ontologicamente, reformista significa para Gorender levar a sério a proposição metodológica básica de Marx, que é a de superarem as ilusões utópicas, que é a construção de uma teoria verdadeiramente científica. Diz Gorender - "A exaltação idealizante do proletariado se tornou uma constante na literatura marxista, sem precisar recorrer obrigatoriamente a paráfrase da religião ou a imperativos éticos," (...) "Marx a desprende da alegoria cristã, porém não se depurou inteiramente da propensão utópica, oscilando entre esta e a disciplina exigida pela investigação científica." (p. 34)

Como núcleo importante do argumento, Gorender compara a incompatibilidade objetiva da burguesia numa sociedade feudal vis-a-vis a acomodação recorrente da classe operária à ordem burguesa. Diz ele: "o crescimento do proletariado é compatível com a esta-bilidade do sistema capitalista, serve de índice de seu progresso (considerando um estado determinado da tecnologia e outros fatores)." (...) "Ao invés de criar condições revolucionárias, o crescimento do proletariado consolida a formação social capitalista, tanto sob o aspecto meramente econômico, como também sob todos os aspectos sociais, inclusive os políticos e os ideológicos". (...) Por outro lado - "A burguesia industrial foi um corpo estranho na estrutura socioeconômica feudal, sua expansão desintegrou tal estrutura." (pp. 38 e 39)

Este argumento, de fato, central no livro de Gorender, é, particularmente, discutível. Inicie-se por uma interrogação. Por que, num livro tão informado, de um autor erudito, a omissão de uma perspectiva essencial para esta discussão, que é a obra de Edward Thompson? Não considerar a obra de Thompson, e seu conceito de classe operária, é reduzir a discussão ou à dimensão puramente econômico-material, ou à dimensão filosófico-metafísica, como em Lukács. A classe operária, aprendemos com Thompson, não é só um grupamento definido por sua posição na estrutura produtiva e sua relação com a propriedade. A classe operária é este grupamento, é esta condição sóciomaterial, submetida à permanente experimentação, organização, luta, é este grupamento em movimento, em permanente construção. A classe operária não é algo pronto e acabado, fixo; é realidade em permanente transformação, é, enfim, realidade *histórica*.

Se é assim, não há por que tirar conclusões definitivas sobre um processo em curso, que, de modo algum, parece isento de contradições profundas e conclusivo.

Em outro trecho, Gorender é mais específico, lembrando diferenciação da força de trabalho, que seria incompatível com o conceito de classe operária de Marx. Diz Gorender: "Na verdade, o conjunto dos assalariados abrange nos extremos, operários manuais e administradores, sendo estes últimos integrantes da classe social burguesa. Em relação aos assalariados, cujos ganhos correspondem unicamente ao valor da força de trabalho, a camada de trabalhadores intelectuais se distingue pela tendência de construir numa classe média, nitidamente, distinta dos trabalhadores manuais. O que extrapola da previsão de Marx e se contrapõe a ela. (p. 168)

Quanto a isto é preciso dizer que esta tendência à diversificação – diferenciação da força de trabalho – nem extrapola o dito por Marx, nem o contraria. Veja-se o trecho do capítulo VI de *O Capital* chamado de Inédito: "Primero: como con el desarrollo de la subsunción real del trabajo al capital o del modo de producción específicamente capitalista, no es el obrero individual sino cada vez mais una capacidad de trabajo socialmente combinada lo que se convierte en el agente real del proceso laboral en su

conjunto, y como las diversas capacidades de trabajo que cooperam y formam la máquina productiva total participan de manera muy diferente en el proceso inmediato de la formación de mercancías o mejor aquí de productos - este trabaja más con las manos, aquél más con la cabeza, el uno como director (*manager*), ingeniero (*engineer*), técnico, etc., el otro como capataz (*o verlooker*), el de más allá como obrero manual directo y incluso como simple peón -, tenemos que más y más función de la capacidad de trabajo se incluyen en el concepto de *trabajadores productivos* en general a su proceso de valorización y de producción.”(Marx, 1972, pp. 78-79)

Foi necessário trazer aqui o longo trecho de Marx porque ele não deixa dúvida quanto ao que Marx entendia ser a dinâmica da classe operária, sua constante diversificação etc. Também explícita é a necessidade de considerar a centralidade do conceito de *trabalhador coletivo* como categoria decisiva para esta discussão. É também explícita a posição de Marx de que todos estes trabalhadores – administradores, engenheiros, técnicos, capatazes - fazem parte do trabalhador coletivo e estão submetidos, subordinados ao capital, são trabalhadores produtivos. Se é assim, e se sabemos que esta diferenciação funcional, objetivamente, introduz outras diferenciações – de salários, de poder etc. – então a questão, hoje como sempre, porque constitutiva do capitalismo a divisão do trabalho, é como reconstituir a unidade do corpo coletivo de trabalho sistemática e permanentemente, fragmentado no âmbito da estrutura produtiva. A resposta, hoje como ontem, passa pela *política*, pela construção de identidades coletivas, pela constituição de sindicatos, partidos, movimentos, que sejam expressão, que sintetizem as aspirações, interesses, ideologias do trabalhador coletivo. Trata-se, no essencial deste argumento, de afirmar que as estratégias que diversificam, diferenciam, fragmentam, funcional e salarialmente, o trabalhador coletivo têm, ao mesmo tempo, eficácia econômica (aumentam a produtividade) e implicações políticas: bloqueiam uma identidade-solidariedade espontânea de classe. Daí a centralidade da tese de Thompson – a classe é construção coletiva, é produção histórica resultante da experimentação de formas de luta, da ação e reflexão coletivas.

O que estaria em pauta hoje, o que de fato questionaria na base esta tese, é que o processo de fragmentação – pulverização – redução absoluta do trabalho vivo seria de tal ordem, tanto qualitativa, quanto quantitativamente, que ele estaria perdendo sua centralidade, sua importância como categoria fundante da riqueza capitalista, substituído que estaria sendo pela ciência, pela automação etc.

Gorender enfrenta esta questão importante com garra e conhecimento – cita o mais adequado ao tema: Gorz, Offe, Habermas, Ricardo Antunes. Discute as teses de Marx sobre o assunto. Ao final, conclui que a centralidade do trabalho permanece, mas não terá lugar no futuro. Diz ele: “Sempre necessário, o trabalho deixará de ser central na vida dos homens quando eles dispuserem do avanço tecnológico em proveito próprio”. (p. 193)

Contudo, se Gorender é convincente no que diz sobre o futuro da centralidade do trabalho, o conteúdo de sua argumentação tem algo que quero questionar. Trata-se, também aí, da redução que ele submete ao conceito de classe à uma única dimensão – a econômico-funcional. Diz Gorender: “As diferenciações, que se agravam e multiplicam no âmbito da categoria geral dos assalariados colocam em causa a sobrevivência do proletariado na condição de sujeito da revolução socialista” (p. 169). Estaria então, nos dias que correm, ameaçada a condição do proletariado de sujeito revolucionário porque a divisão do trabalho – redução do trabalho vivo – teria chegado a um tal nível que a classe estaria sendo desconstituída. Ora, este processo é tão antigo quanto a própria classe, quanto o próprio capitalismo. Desde o início o capital divide, fragmenta, reduz o exército de trabalhadores, e também, desde um certo ponto, os trabalhadores,

desenvolveram estratégias de combate às estas tendências, esta é, na verdade, a mais permanente característica da luta de classes. Assim, as greves, a criação de sindicatos, o movimento luddita, a organização partidária, a constituição de projetos libertários (anarquistas, socialistas, comunistas etc.), as Revoluções de 1848, a Comuna de Paris, a organização das Internacionais, o desenvolvimento de estratégias de resistência, sabotagem no interior das unidades produtivas, são capítulos de um processo geral. A luta de classes que se dá, como toda luta, pela alternância de avanços-vitórias, recuos-derrotas, alterações de curso, instrumentos, concepções. Nesse momento, o trabalhador coletivo, que é a base objetiva da classe operária, que inclui certamente trabalhadores intelectuais, como já se viu, está desafiado a dar resposta ao aprofundamento ainda maior da fragmentação – diferenciação do trabalho. Esta resposta só poderá ser uma resposta político-organizativa, que, superando a fragmentação, recomponha as bases para um projeto alternativo de sociedade, que contemple o conjunto dos trabalhadores: é isto que está embrionariamente posto com a organização de centrais sindicais, que superem na prática organizativa e na formulação de programas, projetos, a fragmentação funcional-setorial-salarial; é isto que está posto na constituição de partidos, que, tendo como base e destinatária a classe operária, o trabalhador coletivo, sejam capazes de formularem projetos fundados na *democracia* entendida como um Chaudé Lefort, como invenção permanente de direitos, e na *busca da ampliação das formas coletivas de propriedade e gestão da economia*.

De novo aqui, é necessário reconhecer o significativo impacto negativo imposto pelo Governo Lula sobre as organizações e movimentos sociais, na medida em que os tem buscado cooptar para políticas rigorosamente atreladas aos interesses do grande capital em sua fase neoliberal.

Não se subestimam aqui a complexidade e a amplitude da tarefa que se coloca para os socialistas hoje. Ela nunca foi fácil. É, simplesmente, o que nos cabe. Enfrentá-la é, como disseram Goldmann e Löwy, numa aposta leiga, racional e *apaixonada* o que se pode fazer.

E essa palavra, *aposta*, é a senha para se discutir o último ponto de fundo desta carta: o conceito de ciência em Marx. Para Gorender, parte da responsabilidade pelas contradições e equívocos, que o pensamento de Marx tem, deve ser atribuída à sua não-inteira cientificidade. Diz Gorender: “No caminho da utopia à ciência, Marx e Engels ficaram no meio do trajeto” (...) “Nos capítulos, anteriores, já vimos que, com relação a vários temas, ele se desviou da disciplina científica e cedeu a propensões utopistas.” (...) “As energias utópicas, como se expressa Habermas, seriam poderosas mobilizadoras de forças coletivas, mas, a meu ver, também impediam que se tenha o senso de medida indispensável nas transformações sociais” (...), em conclusão - “trata-se de passar o marxismo pela prova da história e retomar, incorporando a experiência adquirida em século e meio, a proposição de Marx e Engels de uma teoria socialista fundamentada na ciência. Mas, como deve ficar completamente claro, de uma ciência que inclui a indeterminação e o caos entre os seus paradigmas, que considera a incerteza como aspecto integrante ineliminável dos processos objetivos.” (pp. 15, 136, 225, 226)

Nada contra a crítica ao conceito de utopia, que Gorender busca no Isaiah Berlin e em seu temperado liberalismo sensato. (p. 225) A questão aqui é quanto ao conceito de ciência em Marx e a interpretação que Gorender faz disso. Inicie-se com o texto de Daniel Bensaid: “Marx tem sido alvo de críticas rigorosamente opostas: ora censuram-lhe o determinismo econômico, ora ao contrário, o fato de infringir a exigência de causalidade e previsibilidade sem as quais não haveria senão pseudociências habilmente disfarçadas numa cientificidade de fachada. Cada uma dessas críticas tem sua parte de verdade, mas ambas passam ao largo do essencial”. (BENSAID, 1999, p. 283) E o essencial

para Bensaïd é o complexo equilíbrio entre filosofia e ciência entre “ciência inglesa” e “ciência alemã”, que marcaria o pensamento de Marx: “Entre o devir ciência da filosofia, e o devir político da ciência, entre ciência inglesa e ciência alemã, o pensamento de Marx, em equilíbrio sobre a ponta afiada da crítica, acena para a ‘mecânica orgânica’, para a ‘ciência das bordas’ ou dos preenchimentos, cujos aspectos assombram nossa razão instrumental.” (BENSAÏD, 1999, pp. 283-284)

Ao falar de um encontro entre “ciência inglesa” e “ciência alemã” em Marx Bensaïd, aponta para um aspecto central da obra de Marx, que desconcerta certas leituras. Afinal, por esta perspectiva, tanto andariam errados os que vêem em Marx um representante puro da tradição alemã quanto os que reduzem Marx a um empirista, a obra de Marx tem as duas dimensões. Diz o Padre Vaz: “Assim, Marx se situa no entrecruzamento desses dois caminhos: não pode ser considerado nem racionalista no sentido de Feurbach, e muito menos um empirista no sentido clássico do empirismo inglês” (...). O tema da *práxis* será, para Marx, o ponto de encontro das tradições racionalista e empirista.” (VAZ, 1982, p. 8)

Há aqui, na verdade, duas ordens de questões: de um lado, a *ciência* de Marx não é apenas *ciência inglesa*: é a ciência inglesa, como fizeram Newton ou Ricardo, produtos de uma racionalidade estrita, instrumental, manipulatória, mas é também *ciência alemã*, ciência à moda de Goethe, resultante de uma outra racionalidade, a que decorre das obras de Montaigne, Spinoza, Pascal, Vico, Rousseau, racionalidade não-manipulatória, como disse Gerd Bornheim (1993).

De outro lado, Marx não é apenas cientista, ainda que à moda alemã. Se sua teoria tem pretensões de cientificidade, isto não pode ser separado nem de sua fundamentação filosófica, nem de suas conseqüências como convite à ação política. Isto está exemplarmente posto no *Manifesto Comunista*: neste livro, a análise crítica da realidade capitalista é produto de uma determinada concepção de mundo, de uma filosofia, enfim, ciência e filosofia estas que iluminarão uma análise crítica da situação política. Deste ponto em diante, a ação política concreta será, sobretudo, o resultado de uma adesão, de uma *aposta*, de tal modo que, solidários, os três planos que constituem o pensamento de Marx – filosofia, ciência e ação política – são inseparáveis.

A legitimidade do marxismo não decorre nem da verdade absoluta de sua filosofia, nem da positividade absoluta de sua ciência. A legitimidade do marxismo decorre, de fato, de três atributos: 1) de sua capacidade de combinar a ciência inglesa e ciência alemã, isto é, de *superar* o empirismo estrito, o que não significa negá-lo, incorporando os paradigmas científicos pós-deterministas; 2) de sua filiação à uma concepção de racionalidade que, de novo, sem negar a sua dimensão instrumental, supere-a pela incorporação de *perspectiva ética universal*, que tanto subordine a técnica quanto a economia e a política; 3) finalmente, de sua *práxis*, de sua capacidade de construir identidades coletivas no sentido da universalização da democracia e do controle social sobre a economia.

Estes atributos, a necessária articulação entre eles, definem então um processo em que filosofia, ciência e ação fecundam-se reciprocamente, são manifestações de um *sistema de mediações*, de realização de *práxis*. No concreto do processo histórico, isto significa, à luz de 150 anos de história do movimento operário sindical, das experiências socialistas, que o marxismo será capaz de iluminar a construção do socialismo na medida em que entendê-lo como um processo em que a classe operária, o trabalhador coletivo, aderente a um projeto de transformação socialista, seja capaz de ampliar, universalizando, a democracia e ampliar, até à hegemonia, as formas coletivas – socializadas – cooperativas de propriedade e gestão econômica.

Este processo, diga-se com ênfase, não poderá se dar por decreto. É essencial que o poder socialista conviva com o contraditório, que ocorra a mais ampla liberdade de informação, expressão, organização; que sejam garantidos os instrumentos mais democráticos. O poder socialista será vitorioso e estável na medida em que, na prática, for capaz de oferecer, para o conjunto da sociedade, perspectivas concretas de bem-estar material, plenitude democrática e liberdade criativa. Esta é, como todos sabem, uma imensa e complexa tarefa que só será realizável por sua capacidade de mobilizar tanto a razão que ilumina quanto a paixão que faz pulsar a capacidade humana de sonhar o melhor.

Meu caro Gorender, mestre e amigo, são estas as considerações que o seu importante livro me suscitou. Com respeito e admiração.

## BIBLIOGRAFIA

- BENSAID, Daniel. *Marx, o Intempestivo*. Trad. Part., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.
- BORNHEIM, Gerd. "Reflexões sobre o Meio Ambiente - Tecnologia e Política." In STEIN, Ernildo e BONI; Luiz de A. (Orgs.). *Dialética e Liberdade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FOSTER, John B. - "Marx e o meio ambiente" In Wood, Ellen M. e Foster, John B. (Orgs.) *Em Defesa da História* trad. Part. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- GORENDER, Jacob. *Marxismo sem Utopia*. São Paulo: Ática, 1999.
- MARX, Karl. *El Capital*, libro I, capital VI, (Inédito), Trad. Esp., 2ª edição, Buenos Aires: Siglo XX, 1972.
- RUBIN, Isaak I. *Ensayos sobre la Teoria Marxista del Valor*. Trad. esp. Buenos Aires: Cuadernos P y P, nº 53, 1974.
- VAZ, Henrique C. Lima. "Sobre as Fontes Filosóficas do Pensamento de Karl Max". In *Boletim SEAF*, nº 2, Belo Horizonte, SEAF-MG, 1982.